

# CUBA: SOCIALISMO DE MERCADO OU PLANIFICAÇÃO SOCIALISTA?

*Marcelo Dias Carcanholo\**

*Paulo Nakatani\*\**

## Resumo

Cuba, uma pequena ilha do Caribe, situada a poucos quilômetros da costa dos Estados Unidos, insiste em preservar o socialismo. Durante a catastrófica crise que passaram entre 1989-1993, os cubanos aprofundaram a implementação de um conjunto de reformas econômicas para fazer frente ao novo cenário internacional. Apesar da profundidade da crise, das pressões norte-americanas, do avanço da globalização e das políticas neoliberais, que levaram quase toda a América Latina a submeter-se ao imperialismo americano, Cuba procurou sua reinserção no sistema mundial resguardando sua soberania e levando adiante a luta pelo socialismo. A questão é até quando conseguirão? Neste artigo discutimos fundamentalmente o papel do mercado, do dinheiro e do planejamento socialista nas reformas implementadas na década de noventa. Procuramos avaliar quais são as funções do dinheiro e do mercado que auxiliam no planejamento e quais são incompatíveis com os ideais socialistas. Assim podemos ter uma noção de quais são os limites e as dificuldades da transição.

**Palavras-chave:** Cuba, socialismo, dinheiro, mercado, planejamento.

## I - Introdução

A sociedade cubana mantinha uma estrutura econômica-política-social que buscava avançar e desenvolver a produção e a apropriação com um caráter cada vez mais social, procurando atingir o estágio de desenvolvimento da sociedade no qual cada um contribuiria de acordo com a sua capacidade e receberia de acordo com as suas necessidades (MARX, 1975, p.233). A grave crise do período 1989-1993 exigiu profundas mudanças econômicas, mas Cuba ainda procura manter o princípio distributivo socialista, “de cada um segundo a sua capacidade, para cada um segundo o seu trabalho”, da fase de transição para o comunismo. A proposição de “resistir e superar a crise ao menor custo social possível” levou a crise até um mercado protegido pelo racionamento, no qual as vendas são realizadas através das *libretas*.

As reformas cubanas decorrem da crise que acompanhou a derrocada da União Soviética e a ruptura dos vínculos de Cuba com o CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), através do qual Cuba mantinha a maior parte do intercâmbio econômico, financeiro e técnico-científico. As reformas tiveram início com o IV Congresso do Partido Comunista Cubano, em 1991, onde

Foram estabelecidas várias coisas: reabrir o mercado interno – agropecuário, industrial, artesanal em moeda nacional e mercadorias importadas e de produção nacional em moeda estrangeira –; abrir a economia nacional ao capital, ao dinheiro mundial e às mercadorias, permitir a associação econômica do Estado com o capital estrangeiro; impulsionar o autofinanciamento das empresas em divisas conversíveis e permitir às empresas estatais exportar e importar diretamente; descentralizar o sistema bancário nacional, entre outras reformas (PINEDA B., 2001, p. 76).

A abertura da economia cubana nos anos noventa ocorreu em um período de crise profunda e o grande dilema para sua aprovação e implementação estava centrado na contradição entre o mercado e o planejamento central. Veremos que a ideologia que identificava mercado com capitalismo e planejamento com socialismo acabou sendo

superada e se desenvolveu a concepção da “economia socialista de mercado”.

Discutiremos com mais detalhe essa contradição ao longo deste artigo.

Após a vitória da revolução, declarada em janeiro de 1959, as contradições internas e as pressões do imperialismo americano conduziram a sociedade cubana em direção à área socialista e ao desenvolvimento de uma economia centralmente planejada. É possível identificar quatro pontos centrais como objetivos gerais do modelo econômico e social da economia socialista cubana (MURUAGA, 1998, p. 23):

- (a) propriedade estatal quase absoluta dos meios de produção;
- (b) conservação no fundamental do planejamento econômico, o que redonda no fato de que os planos produtivos são fixados com predomínio das relações verticais, e os instrumentos econômicos e mecanismos financeiros desempenham um papel passivo frente ao planejamento;
- (c) garantia de emprego, saúde, educação e previdência social com igual oportunidade de acesso para toda a população, sendo que o fornecimento desses serviços é gratuito;
- (d) meta de um certo grau de equidade e homogeneidade na sociedade.

Este último ponto traz consigo várias outras metas relacionadas: distribuição racionada dos bens de consumo; aproximação das condições de vida entre a cidade e o campo; condições de incorporação da mulher na vida econômica ativa; humanização dos chamados trabalhos “rudes”; e, minimização das diferenças salariais.

Os quatro objetivos gerais identificados acima são traduzidos, em termos de emprego e salários, nas seguintes metas:

- (a) pleno emprego garantido por via estatal como meta básica;
- (b) satisfação da demanda por força de trabalho da economia por tipo de atividade e território, velando pela eficiência mediante o planejamento;
- (c) segurança no trabalho (proteção e higiene, descanso, disposições gerais sobre previdência social e proteção contra arbitrariedades no ato de despedir);
- (d) sistema salarial centralizado e uniforme, a fim de definir escalas e tarifas únicas (com atenção para a complexidade do trabalho e a qualificação requerida) e não permitir grandes desigualdades salariais;
- (e) coordenação pelo **planejamento** da formação da força de trabalho e garantia de sua inserção (absorção) **automática** em empregos de acordo com a especialidade dos ingressantes;
- (f) obtenção de comportamentos laborais que atendam à disciplina e eficiência.

Essas características que definiam o projeto socialista cubano foram modificadas com as reformas iniciadas em 1991, permitindo a expansão das relações mercantis e a descentralização do planejamento. Em primeiro lugar, modificou-se constitucionalmente o conceito de propriedade e a definição de planejamento centralizado. Em segundo, um acelerado processo de desestatização das terras que foram transformadas em

cooperativas. Em terceiro lugar, a descriminalização da posse e uso de divisas estrangeiras, a liberalização do trabalho por conta própria e a autorização para o funcionamento de vários mercados privados de produtos agropecuários, industriais e de artesanato.

Este artigo concentra-se nas reformas implementadas e suas conseqüências sobre a economia e a sociedade cubanas. Em primeiro lugar, descrevemos a crise pela qual passou no período entre 1989 e 1993; em seguida, investigamos as causas da crise e os principais fatores de seu aprofundamento. Posteriormente, apresentamos e discutimos os principais elementos da reforma econômica e seus impactos sobre a estrutura produtiva cubana; enfim, fazemos uma avaliação sobre as perspectivas que visualizamos para a economia cubana.

## **II - A crise da economia Cubana 1989-1993**

É importante ressaltar que no quinquênio 1981-1985 já haviam sido realizadas reformas de mercado (MURUAGA, 1998, p. 26), no sentido de introduzir mecanismos mercantis na gestão empresarial, certa descentralização nas decisões, e maior presença do mercado na distribuição de bens de consumo. Essas reformas implicaram, no terreno da política comercial, uma estratégia de substituição de importações e de apoio às exportações tradicionais (açúcar e níquel) e ao desenvolvimento de outras (cítricos). No que se refere à política de empregos, elas implicaram na descentralização territorial, no aparecimento de um sistema de contratação direta da força de trabalho (sem a intermediação estatal), e na revitalização do trabalho por conta própria. Esta última implicação procurou resolver o problema do aumento da oferta de força de trabalho que se avizinhava.

No quinquênio 1986-1990 ocorreu um relativo retrocesso nas reformas, na medida em que “eliminou-se o mercado livre camponês...e restringiu-se a atividade por conta própria” mas, ao mesmo tempo, “foi dada ênfase ao desenvolvimento do turismo e à biotecnologia, buscando incrementar a entrada de divisas; foi aberto o turismo também para o capital estrangeiro” (MURUAGA, 1998, p. 31). Em 1990, a ocupação estatal atinge 95% do total de empregos oferecidos.

A economia cubana apresentou taxas positivas de crescimento desde o início dos anos setenta até a metade dos anos oitenta. Assim, com exceção de 1980 em que o crescimento foi negativo (-0,5%), as taxas sempre foram positivas variando de 3,3% em 1976 a 16,0% em 1981. Em 1986, a indústria era responsável por 45% da produção, a agropecuária por 14%, o comércio por 24%, a construção por 9%, os transportes por

7%, a comunicação e os outros setores por 1%. Naquele ano, o Produto Social Global nacional – PSG – era de P\$ 27.390 milhões a preços de 1981. O PSG começa a cair nos dois anos seguintes e tem uma pequena recuperação em 1989 quando atinge o montante de R\$ 27.208 milhões, 0,7% menor do que era em 1986.

Tabela 1 - Taxas de Crescimento médio por ano (em %)

Indicador \ Período	1981-1985	1986-1990	1989-1993	1993-1996
PIB	8,2	- 0,2	- 12,4	3,5
Ocupação	3,6	2,2	- 0,4	- 1,9
Produtividade <sup>a</sup>	4,5	- 2,4	- 12,0	5,7
Remunerações médias	4,3	- 0,8	- 0,9	3,4
Liquidez Acumulada <sup>b</sup>	8,2	7,7	30,3	- 5,7

a – refere-se à produção por força de trabalho empregada

b – refere-se à liquidez monetária acumulada em mãos da população.

Fonte: MURUAGA (1998, p. 29, 33, 40 e 47).

A tabela 1 permite observar o impacto da crise no período 1989-1993. A taxa média anual de crescimento do PIB foi de -12,4% e a produtividade caiu 12,0%, mas a política voltada à proteção do emprego e do rendimento evitou um desemprego em massa com a ocupação caindo em apenas 0,4%, ao ano, e as remunerações médias, apenas 0,9%, ao ano. A consequência foi a enorme taxa de crescimento da liquidez, 30,3% em média ao ano, que só não se resolveu através de um acelerado processo inflacionário devido ao controle de preços e dos mercados.

A partir de 1989 os dados são apresentados sob outra metodologia, mas continuam a indicar uma contínua queda do PIB cubano, de P\$ 19.586 milhões para P\$ 16.976 milhões, em 1991, e para P\$ 12.777 milhões, em 1993. Assim, o produto interno bruto, medido a preços constantes de 1981, diminuiu 35,0 %, entre 1989 e 1993, e o produto *per capita* diminuiu 37,0 %.

Entre 1989 e 1993 o produto da agropecuária caiu 51,9%; o da mineração 21,6%; o da indústria manufatureira 36,5%; a eletricidade, gás e água 25,8%; a construção 71,4%; o comércio, restaurantes e hotéis 43,0%; e os transportes, armazenagens e comunicações 45,8%. As importações de petróleo diminuíram em 50,4%; a produção de eletricidade 27,8%; a de cimento 72,1%; e a de aço 68,7%. O açúcar, principal produto de exportação cubano, teve sua produção reduzida em 44,3%; o níquel, outro importante produto da pauta de exportações, diminuiu 35,1%; o tabaco sofreu uma queda de 31,5% e os produtos cítricos, queda de 21,9%. Dentre os produtos que têm impacto direto sobre as condições de vida da população, o arroz sofreu uma queda de 65,8%; o feijão uma redução de 37,5%; a batata-doce caiu em 33,0%; a carne de porco 82,7%; as aves 79,1%; o pescado 51,3%; o leite 65,7%; os ovos 46,0%; o azeite vegetal 75,9%; e os tecidos

76,7%.

No mesmo período, entre 1989 e 1993, as exportações caíram de P\$ 5.400 milhões para P\$ 1.136 milhões, uma redução de 79,0 %; e as importações de P\$ 8.134 milhões para P\$ 2.037 milhões, uma diminuição de 75,0 %, resultando em uma queda de 77,0 % no comércio exterior. “As exportações de açúcar caíram à metade e as importações de petróleo foram drasticamente reduzidas em 60%, provocando perversos efeitos sobre a agricultura (fertilizantes e combustíveis), indústria, transportes e energia elétrica.” (CANO, 2000, p. 565).

Os impactos da crise sobre as condições de vida da população cubana foram extremamente graves. Apesar das medidas tomadas visando minimizar esse impacto, “o consumo em 1993, apresentou uma queda de cerca de 30% em relação a 1989.” (MURUAGA, 1998, p. 41). O consumo de alimentos *per capita* acompanha essa queda. Entre 1989 e 1994, o consumo de carnes caiu de 39 quilos ao ano para 21,3 quilos; o de peixes de 18 para 8,3 quilos; o de leite e derivados de 144 para 53,7 quilos; o de cereais de 108 para 92,7 quilos; o de gorduras de 17 para 2,5 quilos; e o de hortaliças de 59 para 26,8 quilos. Outros produtos apresentam reduções menores como os ovos de 12 para 9,4; as frutas de 56 para 41,4 quilos; as *viandas* de 66 para 63,0 quilos. Apenas o consumo de feijão aumentou de 12 para 12,3 quilos ao ano. (MURUAGA, 1998, p. 89).

O aporte calórico do consumo, estimado ao nível da ingestão, também apresentou queda significativa no período. A ingestão de calorias caiu de 2.845 quilocalorias para 1.863; a de proteínas de 77 gramas para 46, a de gorduras, de 72 gramas para 26 (MURUAGA, 1998, p.86).

Esse impacto da crise sobre o consumo também afetou os grupos mais frágeis da população: as crianças e as gestantes. Alguns indicadores do estado nutricional da população mostram que no período de 1989 a 1993 os problemas nutricionais aumentaram. A porcentagem de crianças com baixo peso ao nascer aumentou de 7,3%, em 1989, para 9,0%, em 1993; as gestantes que iniciavam a gravidez com baixo peso também aumentaram de 8,8% para 10,0%; as grávidas com ganho de peso insuficiente, também aumentaram de 5,5% para 6,1%. Entretanto, os menores de um ano, com risco de desnutrição, diminuíram de 4,1% para 3,7%. (MURUAGA, 1998, p. 110-111).

Devemos destacar que o impacto da queda da produção e a violenta retração no comércio exterior só não produziram uma situação catastrófica, em termos das condições de vida da população, devido à política social desenvolvida em Cuba. Qualquer outro país do Continente que houvesse passado por uma crise semelhante teria os seus

indicadores extremamente agravados, o que não aconteceu em Cuba.

A queda na produção agravou as condições de criação de empregos. “Por exemplo, o ritmo de crescimento do emprego no quinquênio 1981-1985 foi de 3,6% em média por ano, reduziu-se para 2,2% em 1986-1990 e para 0,4% em 1991-1993.” (PIÑEDA B., 2001, p. 145). Paralelamente, foi expandida a economia subterrânea ou ilegal e o subemprego. Estima-se que o número de trabalhadores subempregados, em 1993, poderia chegar a um milhão de pessoas. (MURUAGA, 1998, p. 41). A situação só não foi pior devido à política de manutenção do emprego e dos salários decorrente do princípio de “superar a crise ao menor custo social possível”.

A conseqüência das medidas sobre o emprego e sobre as remunerações foi uma queda violenta da produtividade e um aumento da liquidez na economia. A manutenção dos empregos e dos salários em situação de queda na produção fez com que a produtividade caísse em 30,9%, em relação a 1989, e a liquidez, entendida como o total do meio circulante, crescesse 165,3%, no mesmo período. Esse excesso de moeda pressionou os preços e só não explodiu em uma hiperinflação devido ao forte controle de preços e aos subsídios concedidos pelo sistema de racionamento das *libretas*.

### **III - As causas da crise**

A economia cubana vinha desacelerando seu crescimento desde a segunda metade dos anos oitenta, esse desempenho foi agravado pela crise da dívida externa que também afetou o conjunto das economias socialistas. Entretanto, a aceleração da crise no período 1989-1993 foi decorrente, ao nosso ver, de dois fatores fundamentais e complementares. O primeiro foi a derrocada da União Soviética e o segundo, o acirramento do bloqueio americano contra Cuba.

O bloqueio econômico contra Cuba, oficialmente iniciado em abril de 1961, obriga-a a voltar suas atividades de intercâmbio para a área socialista. Em 1960, “81% das importações procediam das economias capitalistas, em 1968, procediam somente 21%; no caso das exportações, em 1960, 75% eram dirigidas para as economias capitalistas e, em 1968, somente 26%.” (PIÑEDA B., 2001, p. 107).

Em 1964, Cuba começa a participar como observador no Conselho de Ajuda Mútua Econômica (CAME), do qual passa a fazer parte definitivamente a partir de 1972. “As relações de Cuba com o Conselho de Ajuda Mútua Econômica eram um mecanismo de integração que contemplava um sistema de preços, créditos, algumas produções complementares e determinados compromissos com um alto grau de segurança, que permitiam, a partir disso, uma projeção estável da economia.” (LARA, 1999, p. 34).

Assim, em 1989, 79,9% das exportações são dirigidas para o bloco socialista e 20,1% para as economias capitalistas. Pelo lado das importações, 85,3% provinham do bloco socialista e apenas 14,7% das economias capitalistas (mais detalhes sobre essa dependência podem ser observadas na Tabela 2). Dessa maneira, a dependência econômica que Cuba tinha em relação à economia americana antes da revolução é transferida para os países socialistas.

Tabela 2 - Intercâmbio de mercadorias segundo o campo da economia mundial, Cuba 1989. (mil pesos)

Campo	Exportações	% s/total	Importações	% s/total	Saldo
Economia mundial	5.392.004	100,00	8.124.224	100,00	-2.732.220
<b>Economias planificadas</b>	<b>4.305.714</b>	<b>79,85</b>	<b>6.932.872</b>	<b>85,34</b>	<b>-2.627.158</b>
Albânia	3.316	0,06	3.298	0,04	18
Bulgária	176.940	3,28	177.501	2,18	-561
Checoslováquia	136.026	2,52	216.283	2,66	-80.257
Hungria	55.437	1,03	80.543	0,99	-25.106
Polónia	54.122	1,00	57.795	0,71	-3.673
República Democrática Alemã	285.913	5,30	358.688	4,42	-72.775
Romênia	121.986	2,26	155.970	1,92	-33.984
União Soviética	3.231.222	59,93	5.522.391	67,97	-2.291.169
Iugoslávia	4.083	0,08	63.798	0,79	-59.715
China	216.071	4,01	255.483	3,14	-39.412
Coreia	13.126	0,24	19.560	0,24	-6.434
Vietnã	6.245	0,12	20.568	0,25	-14.323
Mongólia	1.227	0,02	994	0,01	233
<b>Economias capitalistas</b>	<b>1.086.290</b>	<b>20,15</b>	<b>1.191.352</b>	<b>14,66</b>	<b>-105.062</b>

Fonte: PINEDA B. (2001, p. 278).

Na verdade, essa concentração de dependência não foi exclusivamente uma opção de Cuba; ela resultou, em maior medida, das atitudes norte-americanas tomadas desde os primeiros meses da revolução. Essa concentração não se limitava ao comércio de bens. Dela também dependiam o financiamento externo, a tecnologia importada, o abastecimento de petróleo e, sobretudo, o mercado preferencial para as exportações de açúcar. Como se sabe, 83% das exportações cubanas dirigiam-se ao CAME (70% à URSS e 13% ao Leste Europeu), cerca de 6% ao continente americano (*exclusive EUA*) e pouco mais de 8% à Europa Ocidental (CANO, 2000, p. 565).

A magnitude dessa dependência econômica também pode ser quantificada pelo volume do comércio exterior, segundo os principais produtos. As exportações de açúcar para os países socialistas correspondiam a 63% do total, em 1987; o níquel, 73%; os cítricos, 95% e 100% das peças e componentes eletrônicos. Pelo lado das importações, Cuba dependia de 63% das importações de alimentos; 86% das matérias primas, 98% dos combustíveis; 80% das máquinas e equipamentos e 74% das manufaturas. (LARA, 2001, p. 35).

Tabela 3 - Capacidade de importar da economia Cubana - (mil pesos constantes de 1981)

Ano	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Valor	8.139,8	7.416,5	4.233,8	2.314,9	2.036,8	2.016,8	2.882,5	3.480,6	4.173,2	4.369,4	4.893,7	5.481,0
% var. anual	-	-8,9	-42,9	-45,3	-12	-1	42,9	20,7	19,9	4,7	12	12

Fonte: PINEDA B. 2001, p. 278

A derrocada da União soviética e a dissolução do CAME foi catastrófica para o comércio exterior cubano. Como vimos, as exportações caíram em 77% e as importações

75%, entre 1989 e 1993 (tabela 3). Instalou-se, então, um período depressivo no qual a necessidade de dólares para a aquisição de máquinas e equipamentos, alimentos, combustíveis e matérias primas, anteriormente fornecidas pelo CAME, tornou-se crucial para evitar o caos na sociedade cubana. Além do mais, esses produtos agora tinham que ser adquiridos aos preços do mercado internacional, sob a pressão contrária dos Estados Unidos que aproveitaram para intensificar o bloqueio visando quebrar definitivamente o regime cubano. Com a crise do bloco socialista e a dissolução da União Soviética, Cuba perdeu o acesso ao financiamento externo e não tem crédito junto aos organismos internacionais.

Como já tratamos, o bloqueio norte-americano contra a sociedade cubana começa logo após a vitória da revolução, em 1960. Após a queda da União Soviética e da dissolução do CAME, os Estados Unidos recrudescem sua campanha contra Cuba. Entre outras medidas, aprovam, em 1992, a Lei Torricelli e, em 1996, a Lei Helms-Burton.

A lei Torricelli foi aprovada no contexto das eleições presidenciais americanas, na primeira eleição de Bill Clinton. Em um primeiro momento, o presidente George Bush pronunciou-se contrário à lei, mas acabou por promulgá-la. A lei prevê sanções contra os países que prestem assistência à Cuba, proíbe que as subsidiárias de empresas americanas estabelecidas em outros países realizem comércio com Cuba e proíbe o ingresso por seis meses, em qualquer porto americano, de embarcações que passem por um porto cubano. (LARA, 1999, p. 58).

A lei Helms-Burton também foi colocada em discussão durante um período eleitoral e, da mesma maneira que Bush, o presidente Bill Clinton foi inicialmente contrário à lei, mas acabou por aprová-la. Essa aprovação repercutiu negativamente na Assembléia das Nações Unidas, que nada pôde fazer devido ao poder de veto que os Estados Unidos dispõem.

Com a Lei Helms-Burton pretende-se desenhar, organizar e estruturar um bloqueio total e absoluto contra Cuba. A lei, ademais, codifica o bloqueio, quer dizer, converte em lei todas as ordens executivas e demais disposições dos diferentes departamentos da administração estadunidense contra Cuba, as quais não poderão ser modificadas ou eliminadas senão através de lei do Congresso, com a qual pretende-se eternizar a contenda entre Cuba e os Estados Unidos da América.

Esta lei tem um caráter extra-territorial, estabelece sanções contra outros países por manterem determinadas relações econômicas com Cuba, assim como contra empresas e entidades que estabeleçam relações com Cuba, nas quais mediem propriedades nacionalizadas cujos donos sejam, atualmente, cidadãos americanos, ainda que não o fossem no momento da nacionalização.

Entre outras coisas, a lei promove um sistema de espionagem econômica contra Cuba, na qual se acompanha toda transação econômica deste país com o exterior, a partir do qual o presidente deve apresentar periodicamente um relatório detalhado de toda atividade econômica da Ilha com o exterior (LARA, 1999, p. 59).



Essa lei permite, então, que qualquer cidadão americano cujos interesses passem por propriedades nacionalizadas em Cuba abra um processo, na justiça americana, contra empresas que realizem negócios com Cuba. Além do mais, esse processo também pode ser estendido contra os investidores estrangeiros e inclusive contra seus familiares.

#### **IV - O programa de recuperação do período especial**

A forte crise que se estabeleceu na economia cubana obrigou o país a tomar medidas emergenciais que se consubstanciaram na abertura da economia para as relações monetário-mercantis. Essa abertura se manifestou tanto em uma maior participação do mercado nas operações econômicas internas, como em um aprofundamento no grau de abertura externa da economia cubana. Dois foram os princípios básicos estipulados nessas medidas: dar maior liberdade para os administradores adquirir bens que sejam necessários no processo em questão, e relacionar a renda de cada trabalhador e de todo o coletivo em correspondência com a renda gerada pelo estabelecimento em questão (VILARIÑO, 1997, p. 119).

O IV Congresso do Partido Comunista Cubano (PCC), realizado em 1991, estipulou e acordou as formas em que se dariam a reforma e a abertura. Dentro das resoluções desse congresso, algumas permitem deduzir a utilização de elementos monetário-mercantis para o funcionamento futuro da economia planificada (PINEDA B., 2001, p. 149):

- (a) impulso ao investimento direto estrangeiro, em associação econômica com o Estado, e ao autofinanciamento de empresas selecionadas;
- (b) impulso às exportações tradicionais e novas que gerem divisas no curto prazo;
- (c) dar a possibilidade de empresas estatais exportar e importar com certo grau de autonomia;
- (d) regulação e ampliação da produção e prestação de serviços pelo trabalho por conta própria em um espaço econômico-mercantil;
- (e) adoção de novas formas de organização e gerenciamento econômicos, como a autogestão.

A partir daquele momento, o governo cubano implementou medidas que reforçaram o caráter das deliberações do IV Congresso do PCC. As medidas tomadas em julho de 1993 representaram: (i) autorização para recebimento de remessas de divisas provenientes do exterior; (ii) aumento das viagens para visitas familiares de cubanos residentes no exterior; (iii) despenalização da posse de divisas; e, (iv) criação de casas para venda de bens em divisas. No segundo semestre desse mesmo ano foram tomadas ainda outras medidas, com o intuito de estimular a produção interna, resolver o déficit fiscal, reduzir a base monetária e aumentar o grau de abertura externa.

Especificamente, em setembro de 1993, com o intuito de aumentar a oferta de bens e serviços para a população e aumentar a renda familiar pela via do trabalho, foram incentivadas as atividades por conta própria. Além disso, em 1994, foram criadas as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC) nas atividades agrícolas, com o propósito de elevar a eficiência na agricultura. As UBPC's se tornam específicas dentro da estrutura de produção agropecuária porque os seus membros são proprietários dos meios de produção, dispõem de uma área para autoconsumo coletivo, se apropriam livremente de todo o excedente e possuem um sistema de autogestão, ainda que continuem regidos pelo plano estatal de produção. Ainda no que se refere ao mercado interno, foi promovida a abertura dos mercados agropecuários e de bens industriais e artesanais, permitindo a venda a preços liberados, depois de cumpridos os compromissos de venda ao Estado.

As medidas financeiras tiveram o intuito de promover o saneamento financeiro interno. Para isso, foram majorados os preços e tarifas de produtos e serviços selecionados, ao mesmo tempo em que foram eliminadas algumas gratuidades selecionadas. A reforma fiscal empreendida implicou em uma redução dos subsídios fiscais a empresas, redução de gastos públicos e aumento da tributação do setor empresarial. O resultado é que, de um déficit em 1993 que totalizou 5 bilhões de pesos, passou-se para um déficit de 500 milhões em 1996.

Em 1997, foi criado o Banco Central Cubano, ao mesmo tempo em que se promovia a descentralização de bancos e instituições financeiras não-bancárias. O Banco Central foi criado justamente para manter sob drástica regulação as atividades dos bancos e das instituições financeiras.

No que se refere especificamente à abertura externa, o ponto de partida foi o resgate do decreto-lei n° 50 de 1982, que procurava atrair a presença do capital externo. Esse decreto não conseguiu o seu intuito muito por conta do bloqueio a que a sociedade cubana é submetida, sob a liderança dos Estados Unidos. Na tentativa de aprofundar o espírito dessa lei, e conseguir atrair o investimento externo de países capitalistas, foi aprovada em 05 de setembro de 1995 a lei n° 77. As novidades desta última podem ser assim resumidas:

- (a) permite a empresa de capital totalmente estrangeiro;
- (b) não existe limite para a participação estrangeira em empresas mistas;
- (c) foram estabelecidas zonas francas e parques industriais, como espaços econômicos de regime especial;
- (d) viabilidade de investimentos e propriedade privada em bens imóveis para residentes não-permanentes (principalmente para turismo).

O período especial foi a época de elaboração e implementação de um conjunto de medidas que transformaram as estruturas jurídica e política da sociedade, e que conduziram à reforma e à abertura da economia cubana. Não pretendemos discutir toda a reforma, mas apenas as medidas tomadas visando a recuperação do nível interno de produção e a capacidade de importação, destruídos com a derrocada soviética e com a ampliação do bloqueio; isso em um contexto internacional de globalização e avanço das políticas neoliberais.

### **V - Consequências e mudanças na economia cubana**

As reformas mercantis e a abertura externa, formas de manifestação do programa de recuperação econômica, provocaram grandes alterações na estrutura produtiva e nas relações de produção do país.

Internamente, “...o processo de abertura externa levou implícito a modificação das bases do sistema de planejamento centralizado, ao propiciar a criação de um setor emergente constituído por empresas mercantis, esquemas de autofinanciamento e representações de firmas estrangeiras. Esse setor opera em divisas, se autofinancia com relativa independência com respeito ao planejamento centralizado e se organiza sobre bases legais e institucionais próprias” (MURUAGA, 1998, p. 37). A consequência disso é que se produz uma dualidade na economia cubana, definida pela coexistência de um setor emergente, relativamente independente do planejamento centralizado, com um setor estatal tradicional.

“Ao mesmo tempo, desenvolveu-se a chamada economia submersa, entendida como o espaço econômico das transações de bens e serviços não autorizado de forma oficial, de caráter legal ou ilegal que surgiu pelas insuficiências da oferta estatal e se expandiu e consolidou pela emissão monetária sem contrapartida mercantil” (MURUAGA, 1998, p. 38-39). Isto significa que a dualidade de setores (estatal X não-estatal) traz consigo a emergência de um setor econômico paralelo, sem o controle e/ou a regulação estatal proporcionada pelo planejamento, ou seja, cria-se um espaço para o desenvolvimento de um considerável mercado “negro” dentro da economia cubana. Só para que se tenha idéia da proporção entre esses dois setores, no período 1989-1993, o valor de transações no mercado negro é praticamente igual ao valor das transações oficiais, mas com preços muito maiores e, portanto, com quantidades transacionadas bem menores. A evolução dos preços no mercado negro pode ser percebida pelo fato de que o preço neste setor em 1993 era igual a 40 vezes o preço observado quatro anos antes.

Em termos sociais, essa dualidade dos mercados acabou redundando em um aprofundamento da estratificação social. Esta última se define a partir da gradual diferenciação da renda, que é gerada por razão da exclusão no acesso aos mercados de divisas e de turismo, e pela diferença nos aportes que na esfera laboral realizam os diversos produtores (VILARIÑO, 1997, p. 176).

### **Os investimentos estrangeiros**

Em 12 de julho de 1992 foi aprovada a lei de reforma constitucional que alterava o dispositivo que proibia a propriedade privada. “A antiga frase *a propriedade socialista se exerce sobre os meios de produção* foi alterada, adjetivada, para *meios fundamentais de produção*. Por outro lado, ao disciplinar o sistema de planejamento, substituiu a expressão *Plan Único de Desarrollo Económico*, por *Un plan que garantixe el desarrollo programado del país*.” (CANO, 2000, p. 568).

Essa mudança constitucional associada à recuperação do Decreto-lei 50 que abria a economia para o investimento estrangeiro, posteriormente substituído pela lei 77 de 6 de setembro de 1995, permitiu um elevado volume de ingresso de capitais estrangeiros. Apesar de regulada pelo Decreto-lei 50, de 1982, a primeira associação com o capital estrangeiro é realizada em 1988; seu impulso inicia-se em 1991 e acelera-se mais em 1993 e 1994. Atualmente existem 391 associações entre empresas estrangeiras e cubanas e três zonas francas em operação.

A lei 77 permitiu o ingresso de capitais estrangeiros em qualquer atividade com exceção de educação, saúde e nas forças armadas, salvo em seu setor empresarial. O ingresso pode ser realizado através da constituição de sociedades mistas entre empresas estrangeiras e empresas estatais cubanas; de associações entre uma empresa estrangeira e outra cubana; pela constituição de empresas com capital totalmente estrangeiro; e por investimentos em bens imóveis. Essa liberação é controlada, entretanto, pela necessidade de autorização do Ministério do Investimento Estrangeiro e Colaboração Econômica, pelo Comitê Executivo do Conselho de Ministros ou por uma Comissão designada por este último. Assim, na prática, todo investimento estrangeiro só pode ser realizado em setores ou atividades consideradas estratégicas e fundamentais por esses organismos do Estado Cubano. São permitidas, também, representações de empresas estrangeiras em Cuba. Segundo o Presidente do Banco Central, já existem 16 bancos estrangeiros com representações instaladas na Ilha.

As relações de trabalho com o capital estrangeiro também são reguladas pela lei 77 em seu capítulo XI e artigos 30 a 37. Com exceção de cargos de direção e alguns postos

de trabalho de caráter técnico todos os trabalhadores devem ser residentes permanentes em Cuba, sejam cubanos ou não. Esses trabalhadores são contratados por uma entidade empregadora cubana, proposta pelo Ministério do Investimento Estrangeiro e autorizada pelo Ministério do Trabalho e Seguridade Social e colocados à disposição das empresas mistas ou de capital totalmente estrangeiro. No caso das associações com o capital estrangeiro, a contratação é de responsabilidade da parte cubana. O pagamento das remunerações aos residentes em Cuba deve ser realizado em pesos cubanos, para tanto, as empresas devem adquiri-los com alguma moeda conversível.

A lei de investimentos estrangeiros prevê uma taxa de 30% de imposto sobre o lucro líquido, que pode aumentar para até 50% no caso de exploração de recursos naturais, renováveis ou não; 11% sobre a utilização da força de trabalho e 14% para a seguridade social. A taxa sobre a força de trabalho incide sobre todo e qualquer tipo de remuneração, exceto a parte paga a título de estímulo à produção (Lei 77, p.22). Em contrapartida, a implantação nas zonas francas ou parques industriais são isentos do pagamento de imposto sobre os lucros e sobre o uso da força de trabalho. As condições para essa isenção são as seguintes:

para os que realizam atividades de produção, manufatura, montagem, processamento de produtos finais ou semi-elaborados e agropecuários, terão isenção total durante 12 anos e uma bonificação de 50% para os 5 anos seguintes; enquanto que os que realizam atividades de comércio e prestação de serviços a isenção será total nos 5 primeiros anos e a mesma bonificação para os 5 anos seguintes. (PINEDA B., 2001, p. 164).

A lei de investimentos estrangeiros permite a livre remessa de lucros líquidos ou dividendos decorrentes desses investimentos e a livre repatriação do capital, segundo os casos previstos nos artigos 3, 4 e 6 da lei.

### **O duplo sistema monetário**

O ingresso de divisas através dos investimentos estrangeiros diretos não era suficiente para ampliar a capacidade de importação ou cobrir os déficits em conta corrente, gerados a partir das necessidades de importar. O peso conversível mantém-se com uma taxa de câmbio fixa na relação de um dólar por peso. A partir de 1993, foi permitida a posse e a livre utilização de divisas conversíveis, que eram proibidas anteriormente. Foram liberados, também, os ingressos de dólares do exterior através das transferências correntes, principalmente as remessas de dólares de cubanos residentes no exterior. A partir daí, e impulsionado por outras medidas, o mercado interno segmentou-se em vários mercados e acelerou um processo significativo de diferenciação social.

Em 1994, foi criada outra moeda, o peso conversível com uma taxa de câmbio fixa de P\$ 1,00 peso por dólar, para o público e de P\$ 0,74 centavos de peso por dólar, para o

comércio exterior. Essa moeda é utilizada nas “transações comerciais que se realizam nos estabelecimentos autorizados para a venda de produtos e prestações em moeda livremente conversível e para o pagamento que devem realizar as entidades autorizadas pelo governo para aplicar o sistema de estímulo em espécie em moeda livremente conversível a seus trabalhadores.” (PIÑEDA B., 2001, p. 167, nota 42). Assim, o dólar, o peso conversível e o peso cubano, circulam simultaneamente no mercado cubano, desde 1994. A taxa de câmbio, no mercado paralelo, que era de P\$ 7,00 pesos por dólar, em 1990, chegou a P\$ 130,00 pesos por dólar em julho de 1994, começando a cair a partir daí. Baixou para P\$ 60,00, em dezembro de 1994, P\$ 27,00 em dezembro de 1996 e manteve-se em P\$ 22,0 pesos por dólar durante todo ano de 1997. Essa taxa está em P\$ 21,00 pesos por dólar, atualmente.

O peso cubano, não conversível, é a moeda nacional utilizada pela maioria da população. Os salários e os preços subsidiados do mercado de produtos racionados são estipulados nessa moeda. Ela é aceita, também, nos mercados privados, principalmente de produtos agropecuários, permitidos após 1993 e que permitem ao grupo de maior renda complementar ou ampliar o consumo, além dos limites estabelecidos pelas *libretas*. O peso conversível e o dólar são utilizados nos mercados de produtos importados e mais sofisticados, as *tiendas de venta en dólares*, criadas pelo Estado para captar os dólares que ingressam no país via remessas ou através dos turistas.

Paralelamente à esse processo, foram estimuladas as atividades privadas de produção através da desestatização das terras e da autorização para o trabalho por conta própria. Esse duplo movimento de mudança monetária e de expansão dos mercados privados criou elementos extremamente fortes de diferenciação social e de pressões contra-revolucionárias.

Lara expressa essa preocupação nos seguintes termos:

Com a legalização do uso e da posse de divisas, a ampliação da atividade privada e a presença do mercado negro estão presentes na sociedade fontes muito fortes de diferenciação econômica, às quais unem aqueles que obtêm suas rendas da vinculação com o chamado ‘setor emergente da economia’. De fato, atualmente em Cuba tem havido uma tendência à heterogeneização da estrutura social, com a aparição ou o desenvolvimento das classes e camadas sociais que em sua dinâmica podem ser reservas da contra-revolução.

Existem determinados grupos sociais: trabalhadores por conta própria, e inclusive elementos vinculados aos chamados setores emergentes, setores vinculados ao delito (prostituição, mercado negro) que podem associar seu projeto de vida à não existência do socialismo e, de fato, concentram uma acumulação de dinheiro que os impelem a tratar de convertê-lo em acumulação capitalista (LARA, 1999, p. 118 ).

Assim, com a despenalização da posse e do uso de dólares, a introdução do peso conversível e a expansão dos mercados privados e do trabalho por conta própria, a

economia cubana recoloca em sua plenitude o dinheiro com todas suas funções, inclusive a possibilidade de converter-se em capital, no centro do sistema. Além disso, a reintrodução do mercado com a sua segmentação e diferenciação de preços, como estímulo à produção, pode levá-lo novamente a determinar a distribuição e alocação dos recursos produtivos. O governo cubano tem consciência dos problemas decorrentes dessa tripla circulação monetária e pretende suprimir a circulação de dólares.

## **VI - Perspectivas da sociedade cubana**

As perspectivas da sociedade cubana devem ser analisadas não apenas pelo sucesso no enfrentamento da crise no início dos anos 90, mas também, e principalmente, pelas alterações nas relações de produção e de propriedade que as medidas implementadas trouxeram em um horizonte mais longo de tempo.

O êxito no enfrentamento da crise pode ser visto na retomada do crescimento da economia, que em 2000 apresentou uma taxa positiva de 5,6%, no incremento da produtividade da força de trabalho que, no mesmo ano, foi de 4,6%, na retomada das relações comerciais com o resto do mundo, sendo que no ano passado as importações cresceram 14% e as exportações 12%, frente ao ano anterior, e tudo isso mantendo uma taxa de desemprego de apenas 5,5%.

Outro fator que diferencia a sociedade cubana das sociedades capitalistas é o direcionamento social de seus gastos. A tabela 4 mostra que, apesar das difíceis condições pela qual Cuba está passando, os gastos sociais representam a maior parcela do orçamento público e os gastos com a administração, uma parte muito pequena. No ensino primário, em 1999, existiam 12,8 alunos por professor; no ensino médio, 12,1 alunos por professor; e 5 alunos por professor, no ensino superior. Em 1999, a relação entre o número de habitantes por médico era de 172 e 98,3% da população era atendida pelos médicos de família. A taxa de mortalidade geral era de 7,1 por mil habitantes, a mortalidade de crianças menores de cinco anos era de 8,3 por mil nascidos vivos e a esperança de vida ao nascer de 74,8 anos. Em 2000, a taxa de mortalidade infantil chegou a 7,2 por mil nascimentos (Panorama Económico y Social, 2001, p. 12, 13 e 14). Entretanto, isto diz pouco sobre as modificações provocadas pelas reformas mercantis e pela abertura externa nas estruturas produtivas e sociais de Cuba.

Tabela 4 – Cuba - Composição dos gastos públicos (milhões de pesos)

	1999	% em 1999	2000	% em 2000
Gastos Totais (G)	14.030,9	100,0	15.243	100,0
Educação (E)	1.829,6	13,0	2.125	13,9
Saúde Pública (S)	1.553,1	11,1	1.726	11,3
Previdência Social (P)	1.785,7	12,7	1.786	11,7
Administração	457,4	3,3	537,0	3,5
Superávit Fiscal	- 611,7	-	- 738	-

(E+S+P)/G	-	36,8	-	36,98
-----------	---	------	---	-------

Fonte: Panorama Económico y Social: Cuba 2001, p.5

Alguns autores defendem o aprofundamento das relações monetário-mercantis dentro da economia cubana como uma forma de superar o atraso no desenvolvimento das forças produtivas e, assim, contribuir para o processo de transição rumo a uma sociedade socialista. Isto fica claro, por exemplo, em autores como Vilariño (1997) e Piñeda Bañuelos (2001).

“Deve diferenciar-se a socialização capitalista, que abarca somente a fase da produção, mas não a distribuição dos resultados da mesma, da socialização socialista que abarca as duas fases” (VILARIÑO, 1997, p. 7). O mesmo autor ainda afirma que “a natureza das relações sociais na produção determinam a natureza das relações de distribuição. Ou seja, se são de exploração ou não” (VILARIÑO, 1997, p. 23). A partir destas obviedades, já analisadas pelos clássicos do marxismo, o autor conclui que, como Cuba ainda é um país subdesenvolvido e, portanto, possui a estrutura de produção social relativamente atrasada, justifica-se a existência de formas múltiplas de propriedade, inclusive daquelas que não são por natureza socioeconômica socialistas. Essa justificativa se dá, pelo menos dentro de sua argumentação, porque essa multiplicidade de formas de propriedade garantiria o desenvolvimento necessário das forças produtivas que, dentro do desenvolvimento histórico, é um requisito para obter-se uma sociedade socialista. Dessa forma, quando o aumento de produtividade e a redução dos custos de produção - conseqüências do desenvolvimento das forças produtivas – forem alcançados, pode-se voltar a ampliar a participação do setor estatal, isto é, a reduzir o grau de abertura da economia e, com isso, reduzir a dualidade dos mercados e da estrutura social.

Este tipo de argumentação permite concluir que, “portanto, é preciso ver a reforma não como algo eventual e passageiro, mas como a forma principal mediante a qual começa a ser acionado o mecanismo da contradição econômica e social mais importante, norma do desenvolvimento progressivo da humanidade, a existente entre as forças produtivas e as relações de produção, nas condições da edificação socialista” (VILARIÑO, 1997, p. 62). O que se propõe com este tipo de argumentação é um retrocesso nas relações sociais de produção, manifestadas no aprofundamento da dualidade entre mercado e planejamento, para que a contradição entre as relações sociais e o desenvolvimento das forças produtivas impulsione o socialismo.

Isto pressupõe, em primeiro lugar, uma concepção mecanicista da história, pois bastaria conduzir a contradição fundamental do capitalismo ao seu ápice para que o



socialismo adviesse dessa “dinâmica”. Em segundo lugar, um idealismo ingênuo, ao se acreditar que é possível controlar as relações monetário-mercantis independentemente do seu aprofundamento nas estruturas sociais, de forma a garantir uma distribuição mercantil dos bens e, portanto, dos rendimentos e, ao mesmo tempo, manter um controle socialista da distribuição. Por último, também pressupõe uma estratégia política no mínimo otimista, por acreditar que esse mesmo controle socialista da distribuição conseguirá impedir a transformação da massa monetária, acumulada pelo aprofundamento das relações mercantis, em capital, isto é, impedir a transformação da forma-dinheiro em conteúdo capital que se apresente nessa forma.

Já Piñeda Bañuelos (2001), por sua vez, afirma que no seu modo de ver

...a associação econômica entre o Estado Socialista cubano e as empresas capitalistas estrangeiras que adotariam a forma de empresas mistas ou de outro tipo, estiveram associadas, por um lado, à necessidade de divisas e investimentos estrangeiros ante a agudização do problema da dívida externa, e por outro, a geração de uma confiança suficiente frente aos credores capitalistas para uma eventual renegociação da dívida... (PIÑEDA B., 2001: 153).

Entretanto, para esse autor, esse é o contexto histórico que existia nos anos 80, e que teria justificado a implementação do decreto-lei 50 de 1982. A abertura dos anos 90, muito ao contrário, em que pese a retomada e o aprofundamento daquela lei pela lei 77, se justifica para este autor como uma forma de desenvolver o aspecto mercantil da economia cubana. Com qual intuito?

Justamente, o argumento é o mesmo de Vilariño, isto é, deve-se estimular o mercado e a abertura como formas de garantir o desenvolvimento das forças produtivas, ainda atrasadas naquela ilha do Caribe, para com isso poder atingir uma sociedade socialista que, para existir, requer necessariamente aquele desenvolvimento. Para o autor, seria possível controlar o mercado mantendo-o apenas para distribuição de valores de uso, como se isso não tivesse impacto sobre as estruturas de produção e de relações sociais, além de influenciar na estrutura de propriedade da economia.

Piñeda Bañuelos percebe os problemas trazidos pela dualidade dos mercados, mas não percebe que essa dualidade é fruto das reformas mercantis e da abertura externa. Isto não lhe permite a percepção, portanto, de que é impossível acabar com a dualidade dos mercados mantendo as relações monetário-mercantis introduzidas pelo binômio reforma-abertura, e que tendem a se aprofundar no seio da sociedade cubana, com todos os problemas decorrentes.

Dentre esses problemas está o da estratificação social. Suas consequências configuram uma situação em que “...tudo parece indicar que com a ampliação da

atividade não-estatal, a diversificação de fontes de renda e o maior papel do mercado de bens de consumo na distribuição, serão requeridos alguns ajustes na política social para que ela ganhe uma maior progressividade” (MURUAGA, 1998, p. 50). Isto significa que, em se mantendo o caráter da abertura e das reformas, a dualidade presente na economia cubana tenderá a produzir uma maior estratificação social e, se não for reduzido o grau de mercantilização e abertura no futuro, a política social deverá adquirir uma característica de compensação dos efeitos deletérios provocados pela maior mercantilização da economia.

## **VII - Conclusões**

Nosso estudo mostrou a fantástica capacidade de resistência da sociedade cubana contra a crise, contra o processo de globalização e contra o bloqueio econômico, ao contrário da caótica regressão experimentada pelos países do bloco soviético. Consideramos que isso foi possível pelo avançado grau de desenvolvimento das relações de solidariedade decorrentes das décadas de avanço do programa de implementação do socialismo e pela forma da democracia cubana. Em Cuba, o voto não é obrigatório, mas as eleições se caracterizam pela ampla participação dos eleitores.

Nas eleições municipais, de dezembro de 1992, 97,2% dos eleitores foram às urnas e através do voto direto e secreto elegeram seus delegados às assembleias municipais e nas eleições para deputados à Assembleia Nacional, celebradas em 24 de fevereiro de 1993, participaram 99,6% dos eleitores. (...) Em julho de 1995 foram realizadas eleições municipais com a participação de 97,1% dos eleitores e em outubro de 1997, votaram 97,5% dos eleitores. (LARA, 1999, p. 52-53).

A resistência cubana permitiu a retomada do crescimento da economia com a manutenção da soberania nacional e a inserção no sistema capitalista mundial, sob o controle do Estado cubano. Entretanto, as concessões realizadas para estimular o ingresso de capitais estrangeiros, a dolarização de parte da economia, o desenvolvimento de práticas mercantis e a busca da eficiência - medidas necessárias para o enfrentamento da grave crise do início dos anos 90 - reintroduziram de forma aguda os valores monetário-mercantis e o individualismo típicos da sociedade capitalista e de uma estrutura social mais diferenciada. A abertura de espaços possíveis de acumulação individual do capital, apesar de algumas limitações e controle, tenderá a pressionar para o avanço da mercantilização e da conversão das reservas de dinheiro em capital, criando mais pressões contra o sistema de planejamento central.

Isso nos leva a crer que torna-se cada vez mais difícil uma reversão nas expectativas e nos comportamentos individuais desenvolvendo, nas palavras de Lara (1999), as “classes e camadas sociais que em sua dinâmica podem ser reservas da contra-

revolução”. De qualquer modo, a questão que resta é até que ponto a dinâmica da sociedade cubana poderá ser revertida para o caminho de construção da sociedade socialista, sem o fetiche do dinheiro e sem a exploração capitalista, de forma a manter como objetivos gerais aqueles valores iniciais defendidos pela revolução cubana.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUILAR, Alejandro. Ley Helms-Burton “Ley de libertad cubana y solidaridad democratica” de 1996, analisis critico.  
<http://www.cubavsbloqueo.cu/especiales/lhb/lhbpre.htm>, 2000.
- CANO, Wilson. *Soberania e política econômica na América Latina*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- EUA. Ley para la libertad y la solidaridad democratica cubanas de 1996. (Ley Helms-Burton). Texto integral. <http://www.cubavsbloqueo.cu/especiales/lhb/lhbpre.htm>, 2000.
- LARA, José Bell. Cambios mundiales y perspectivas. *Revolucion Cubana*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1999.
- LEE, Suzana. Qué es el Período Especial? [www.globalizacion.cubaweb.cu/2001/1erdia/susanalee.html](http://www.globalizacion.cubaweb.cu/2001/1erdia/susanalee.html). 2001.
- LOMA, Marta. Ministra para la Inversión Extranjera y la Colaboración Económica. Panel sobre Economía Cubana. III Encuentro Internacional de Economistas. Globalización y problemas del desarrollo. Havana, 29/01 a 02/02/2001.
- MARX, Karl. Crítica ao Programa de Gotha. In: MARX, K. e ENGELS, F. *Textos*. Vol. 1. São Paulo: Edições Sociais, 1975. p. 221-250.
- MURUAGA, Ángela Ferriol. El Empleo en Cuba (1989-1996). In: Muruaga, A F.; Gutiérrez, A G.; Mendoza, D.Q. e Izquierdo, V.P. *Cuba: crisis, ajuste y situación social (1990-1996)*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1998.
- MURUAGA, Ángela Ferriol. La seguridad alimentaria en Cuba. In: MURUAGA, Ángela Ferriol et alli. *Cuba: Crisis, ajuste y situación social (1990-1996)*. p. 109.
- PANORAMA ECONÓMICO Y SOCIAL: Cuba 2001. Oficina Nacional de Estadísticas, janeiro de 2001.
- PIÑEDA B., Gilberto. *Las Reformas Económicas en Cuba. De un modelo de planificación centralizado a la planificación descentralizada. 1959-2000*. México: UABCS - Universidade Autónoma de Baja California Sur, 2001.
- REPÚBLICA DE CUBA. *Ley de la inversión extranjera*. La Habana: Editora Política, 1995.
- RODRÍGUEZ, José Luis. Ministro de Economía y Planificación. Panel sobre Economía Cubana. III Encuentro Internacional de Economistas. Globalización y problemas del desarrollo. Havana, 29/01 a 02/02/2001.
- TERRERO, Ariel. Cuba? Otra revolución?. Globalización 2001. Jornal do III Encontro Internacional de Economistas. Havana, 01/02/2001. No. 4, p. 6.
- VILARIÑO RUIZ, E. *Cuba: reforma y modernización socialistas*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.